

GUERREIRO RAMOS E A SOCIOLOGIA EM “MANGAS DE CAMISA”: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NOS PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL

Maria José de Rezende*

Resumo: Mapear as discussões de Guerreiro Ramos acerca da necessidade de implementação de uma sociologia pragmática no país é o objetivo principal deste artigo. Partiu-se do pressuposto de que as suas reflexões acerca da urgência de constituição de um saber propositivo no país trouxeram à tona inúmeros debates, propostas e questionamentos que envolveram vários pensadores na década de 1950. Estes últimos estavam empenhados em saber o seguinte: quais caminhos as ciências sociais, no Brasil, deveriam trilhar na segunda metade do século XX? As reflexões sobre as ações do homem de ciência e as discussões sobre a precariedade da sociologia acadêmica e da sociologia “enlatada” provocaram, em muitos cientistas sociais, uma expressiva rejeição às suas propostas de intervenção nos processos de mudança social que estavam em curso naquele momento. Considera-se que os caminhos abertos pelos debates suscitados por suas propostas intervencionistas lançam luzes sobre as dificuldades e os dilemas acerca do papel do intelectual no mundo, hoje.

Palavras-chaves: papel do intelectual, sociologia como profissão, sociologia acadêmica, intervenção social.

Introdução

Guerreiro Ramos, ao longo de suas atividades intelectuais, levantou um problema que, de certa forma, tem suscitado inúmeros debates contemporâneos. Sua obra lidava com a seguinte questão: Qual é o papel da sociologia e do sociólogo nos processos de geração das mudanças sociais? Para ele, o sociólogo deveria ser preparado para assessorar e aconselhar as agências governamentais ou privadas, fornecendo-lhes dados para agirem no âmbito das diversas instituições e para reconhecerem os melhores caminhos de implementação de projetos. Assim o sociólogo deveria ter a capacidade “de utilizar sociologicamente o conhecimento sociológico” (RAMOS, 1965, p. 28). O que isso queria dizer?

Em seu entender, o pensamento sociológico da América Latina deveria tornar-se capaz de operar no intuito de propor soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos que assolavam o continente. A sociologia deveria estar empenhada em formular estratégias que servissem às instituições responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento. Isso demandaria a utilização do conhecimento sociológico para mapear, pesquisar e identificar os principais fatores que impediam o florescimento de mudanças sociais substantivamente voltadas para o interesse nacional.

* Professora de Sociologia/UEL; Doutora em Sociologia/USP. Endereço: Rua Pio XII, 335 ap. 1104 – 86020-914 - Londrina - PR. E-mail: wld@rantac.net

A “sociologia em mangas de camisa”, ou seja, a sociologia em ato², significava um rompimento com o processo de confinamento do sociólogo aos quadros acadêmicos. A sociologia poderia adquirir, no continente latino-americano, maturidade somente se conseguisse desenvolver atividades de intervenção, através do aconselhamento e do assessoramento a autoridades governamentais que estivessem preocupadas em, democraticamente, implementar medidas que respondessem, de fato, às necessidades da nação. Era tarefa de o sociólogo identificar se tais medidas colocadas em prática respondiam aos desafios colocados por uma determinada conjuntura histórica.

A ação dos sociólogos nos países latino-americanos era essencial porque havia uma carência, até mesmo entre os governantes, de entendimento das necessidades principais do continente. O sociólogo, como homem de ciência e como homem de ação, deveria estar apto para propor soluções e para criticar os encaminhamentos tomados pelos dirigentes. Isso exigia um conhecimento firme não só da literatura sociológica, mas também das condições e dos problemas sociais do país nos quais o cientista social atua como assessor, conselheiro ou pesquisador de institutos que objetivam instrumentalizar as ações das agências governamentais ou particulares.

1 Buscando o significado de uma proposta de ação para os sociólogos

As ações e as pesquisas dos cientistas sociais deveriam estar pautadas no contexto singularizado dos países latino-americanos. Somente assim era possível construir reflexões, análises e assessoramentos que serviriam para que as agências públicas e privadas pusessem em andamento projetos e medidas atinentes às soluções de problemas sociais. No entanto, Guerreiro Ramos considerava que tanto as práticas de pesquisa quanto as de assessoramento, denominado por ele de aconselhamento, estavam atravessadas, no Brasil, por diversos equívocos.

Entre esses equívocos estava o de tomar a realidade brasileira como semelhante à de países desenvolvidos. Raramente os sociólogos, dizia ele, comparavam seus países com outros em condição parecida. Isso ficava evidente em uma análise de diversas propostas que os cientistas faziam para a melhoria das condições de saúde e de educação. Guerreiro Ramos argumentava que muitas vezes não era levada em conta a renda nacional do país. Havia

² Guerreiro Ramos fazia distinção entre sociologia em hábito e sociologia em ato. Aquela primeira é a destreza em aplicar métodos e teorias, geralmente importados. Seria a habilidade, gerada por uma formação sedimentada em uma ampla literatura sociológica, de utilizar corretamente os autores clássicos e os contemporâneos. A sociologia em ato estaria assentada na redução sociológica, a qual foi definida por ele como a descolonização do saber sociológico. “A sociologia em ato é um estado de espírito. Você é sensibilizado para um problema e reage”. (RAMOS, 1995, p. 168). Isso não queria dizer que não havia necessidade de um profundo conhecimento sociológico. Era necessário um diálogo com todos os grandes pensadores; no entanto, a sociologia em ato não permitia a simples clonagem de idéias e de métodos. O sociólogo precisava ir além disso e dar respostas originais para os problemas nacionais.

desconhecimento da disponibilidade de recursos e de pessoas capazes de implementar as medidas; havia desconhecimento também das práticas culturais que rechaçavam, em alguns casos, as intervenções propostas; desconheciam-se ainda os fatores impeditivos concernentes às suas raízes econômicas, políticas e culturais.

O sociólogo deveria ter uma formação que o capacitasse a atuar diante de tais desconhecimentos e o ajudasse a suplantá-los. Uma vez superados esses últimos, iria ficando claro - ele fazia essa afirmação na década de 1950 - que o desenvolvimento era a única saída para os países do continente latino-americano. Ele dizia que endossava inteiramente as teses da Cepal quanto à necessidade de “tornar a política e o pensamento (...) fatores operativos de seu desenvolvimento” (RAMOS, 1957, p. 97). Esse último deveria, no entanto, ser implementado numa dinâmica que possibilitasse a suplantação do modelo concentracionista da renda.

O processo de desenvolvimento era, então, para ele, um momento oportuno para o sociólogo corrigir os seus hábitos de pensar, os quais estavam fundados numa “visão parcelada das necessidades do país” (RAMOS, 1957, p.100). A proposição de medidas e de ações deveria levar em conta, desse modo, o contexto integral da nação, o que não significava que todos os aspectos dos diversos problemas sociais seriam atacados e resolvidos de uma vez só.

A estratégia de desenvolvimento de um país é condicionada pela particular dinâmica de sua contextura, a qual, em cada fase histórica, apresenta a sua prioridade específica de necessidade de desenvolvimento. Desta forma não são necessariamente transferíveis, em dado momento, de um país para outro, quando estão em diferentes fases de desenvolvimento, os critérios de ação social (RAMOS, 1957, p. 100).

Aos sociólogos cabia definir esses critérios de ação valendo-se de um conhecimento capaz de instrumentalizar as práticas de mudança. Esta última parecia ser sinônimo de expansão produtiva do setor urbano-industrial. A busca do aceleração da produtividade das atividades urbanas deveria nortear as pesquisas e os assessoramentos dos cientistas sociais, o que deveria ser feito numa atitude seletiva. Isso significava uma ampla capacidade de reconhecer quais eram as áreas prioritárias de investimento, visto que havia uma exigüidade de recursos nos países periféricos.

Em razão desse raciocínio, Guerreiro Ramos fazia, na década de 1950, uma afirmação polêmica. Ou seja, a de que “o trabalho sociológico em país periférico (...) não pode permanecer descomprometido do processo de acumulação de capital” (RAMOS, 1957, p. 100). Para ele, o desenvolvimento econômico era sinônimo de expansão capitalista. Todavia, era possível intervir nesse processo conduzindo-o para melhorias sociais em favor da população como um todo. As críticas de Florestan Fernandes (1968; 1976) dirigidas aos cientistas sociais adeptos do desenvolvimentismo por não esclarecerem que o desenvolvimento econômico era

desenvolvimento capitalista, não podem ser feitas a Guerreiro Ramos, já que esse explicitava seu entendimento acerca desse processo.

Miriam Limoeiro Cardoso (1997) afirma que os diversos textos de Florestan Fernandes (1966, 1968, 1977, 1979)³, indagam sobre as seguintes questões:

Por que a omissão, tanto no desenvolvimentismo quanto nas teorias do subdesenvolvimento e da modernização, de que o ‘desenvolvimento’ era desenvolvimento capitalista? Tratando-se não de desenvolvimento em abstrato, mas de desenvolvimento capitalista, algumas consequências imediatamente se impõem (CARDOSO, 1997, p. 5).

Essa suposta omissão mencionada não pode ser aplicada a Guerreiro Ramos que, desde meados da década de 1950, se empenhava em deixar evidenciado que o desenvolvimento por ele defendido era desenvolvimento capitalista. Não havia, para ele, qualquer constrangimento em afirmar que o trabalho do sociólogo, num país subdesenvolvido, deveria estar voltado para a expansão da acumulação de capital, pois, somente assim, o país geraria empregos e rendas para operar avanços no campo do desenvolvimento social. Evidentemente, afirmava ele, esse não era um processo espontâneo, por isso havia necessidade de atuação de diversos técnicos (economistas e sociólogos, principalmente) com capacidade de direcionar o desenvolvimento capitalista para a criação das condições de melhorias sociais.

Em sua opinião, os sociólogos que rejeitavam esse tipo de posição eram na verdade partidários da atividade⁴ puramente acadêmica⁵. Uma parte expressiva dos cientistas sociais considerava possível exercer somente uma postura crítica diante da realidade e não uma postura propositiva. Para ele, isso era algo que destoava inteiramente das circunstâncias daquele momento (década de 1950), pois era

(...) cada vez mais crescente a demanda de especialistas em sociologia capazes de vincular suas atividades científicas às tarefas de promoção da autarquia econômica do país. Quero dizer, uma sociologia em ‘mangas de camisa’ pode viver, hoje, no Brasil, dos proventos de sua efetiva utilidade para o esforço de construção nacional (RAMOS, 1957, p. 101).

Nos países periféricos a sociologia deveria estabelecer uma luta para mostrar seu interesse em agir em favor da construção de uma nação moderna e dinâmica, o que queria dizer fundada na urbanização e na industrialização crescentes. Pouco adiantava os sociólogos se

³ Observe-se que nessas coletâneas encontram-se vários textos escritos por Florestan Fernandes nas décadas de 1950 e 1960.

⁴ “(...) para Florestan a ciência é feita na academia por acadêmicos (profissionais). Guerreiro tinha dificuldade de concordar com isso, e poderia acrescentar: ‘mas nada nos garante o sucesso da empreitada ou a qualidade do produto’ (OLIVEIRA, 1995, p. 109).

⁵ Guerreiro Ramos manteve-se crítico, até a década de 1980, ao modo de agir da sociologia acadêmica e universitária. Lúcia Lippi de Oliveira afirmava que para ele “a superação da ciência social nos moldes institucionais e universitários (terceira demanda incluída na idéia de redução sociológica) torna-se extremamente difícil e necessária, já que nos anos 1980 estamos diante de um fenômeno de internacionalização econômica e cultural sem precedentes na história brasileira” (OLIVEIRA, 1995, p. 127).

recusarem a agir propositivamente como uma forma de minar o desenvolvimento capitalista. Esse era irreversível e aprofundador das muitas contradições. Os cientistas sociais tinham a obrigação de intervir visando tornar os quadros institucionais mais democráticos e capazes de se modernizar em razão da emergência de uma nova correlação de forças. O que era mais adequado: perder-se em intermináveis debates acadêmicos contra o capitalismo ou propor-se a desenvolver ações promotoras de políticas que levassem à mudanças qualitativas na vida dos brasileiros em geral?

Desse modo, conforme afirma Lúcia Lippi de Oliveira (1995) “a ação da sociologia é (para Guerreiro Ramos) mais política, criando o espírito, a atitude sociológica” (p. 108). Essa sua posição ele a reiterou até a sua última entrevista (1981) dada nove meses antes de sua morte. Se, para ele, na década de 1950 era visivelmente necessária a criação de uma atitude sociológica que, no seu entender, era sintetizada como a capacidade de dar respostas aos problemas colocados pelo processo de transformação vivido pela sociedade brasileira, isso se fazia ainda mais necessário, dizia ele, na década de 1980, já que estava havendo uma internacionalização da economia e da cultura em escalas sem precedentes.

O compromisso com a nação, ou seja, os constrangimentos da realidade estão presentes no fazer sociologia e atuam em todos os momentos desse processo. Esta postura de Guerreiro é inaceitável para Florestan, que defende o comprometimento com os padrões universais da ciência. Os temas desse campo são universais, ainda que tratemos de situações particulares, diria Florestan. Guerreiro consideraria que a temática é específica e que a partir do específico pode-se chegar ao universal (OLIVEIRA, 1995, p. 109).

Isso não queria dizer que Florestan Fernandes (1974, 1975, 1979, 1980) e Guerreiro Ramos (1957, 1957a, 1960, 1965) destoassem no que tange à necessidade de o sociólogo estar voltado para compreender a sociedade urbano-industrial que ganhava contornos cada vez mais desenvolvidos no país, em meados do século XX⁶. Suas posturas distinguiam-se quanto à forma de ação do cientista. Isso porque, para aquele segundo, a ação intelectual estava, de alguma forma, subordinada à ação política. Os temas, os objetos e os problemas de pesquisa deveriam obedecer às necessidades impostas pelas particularidades de uma dada estrutura social. Guerreiro Ramos levou essa sua posição até as últimas consequências, ao defender que era premente a necessidade de definir quais temas deveriam ou não ser financiados pelos órgãos de pesquisa. O

⁶ “Em Florestan, os fatores endógenos na produção da ciência da sociedade são os mais importantes, universais e passíveis de serem apreendidos e transplantados dos centros mais desenvolvidos para as condições brasileiras. Neste sentido Florestan acolhe e desenvolve um padrão mais positivista de produção do conhecimento, e sua atuação à época se dá no âmbito da academia, da universidade, do ensino. Em Guerreiro, os fatores exógenos do conhecimento estão presentes em todas as etapas da produção do saber sociológico, e isto o leva a seguir um padrão normativo, onde o dever ser pode agir sobre a consciência e sobre a realidade. Daí seu compromisso mais direto com a ação política, seja ela entendida no sentido mais direto, seja como ação administrativa. Não é por acaso que ele produz uma sociologia sobre um dos principais entes da modernidade: a burocracia” (OLIVEIRA, 1995, p. 109).

critério dessa definição era o grau de importância maior ou menor para o desenvolvimento da nação.

Nesse caso, pesquisas voltadas para pormenores da vida nacional não tinham qualquer cabimento quando o país não havia, ainda, formulado reflexões suficientes sobre as questões básicas que diziam respeito a um número majoritário de pessoas. Ou seja, as questões mais amplas, de interesse nacional, deveriam ter prioridade na distribuição dos recursos de pesquisa. Isso porque as formulações de caráter mais abrangente ajudavam o país a se compreender, a se decifrar e a resolver os seus problemas. A formação de uma consciência sociológica sobre os problemas brasileiros deveria ser o fundamento do pensamento e da prática sociológica. Segundo ele, a importância de Euclides da Cunha, de Sílvio Romero, de Azevedo Amaral, de Caio Prado Júnior, de Nestor Duarte, de Josué de Castro, de Alberto Torres e de Oliveira Vianna estava, principalmente, no fato de que eles procederam a reflexões que objetivavam explicar o país nos seus aspectos essenciais.

Essa sua postura foi rechaçada vigorosamente no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, que ocorreu no início da década de 1950, no Rio de Janeiro. O texto que Guerreiro Ramos (1957) apresentou naquele encontro foi o seguinte:

No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar os recursos na prática de pesquisas sobre detalhes da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais (p. 105).

Em seu entender, os sociólogos em flor⁷ demonstravam uma tendência em abraçar estudos que tratavam de detalhes da vida social, e isto era preocupante porque, mesmo que contribuísse para o esclarecimento de um ou outro detalhe da vida nacional, havia muitos aspectos mais amplos da vida nacional que estavam inteiramente por explicar. Fazia-se necessário que os cientistas subordinassem seus interesses aos problemas que viessem esclarecer os caminhos e os descaminhos da sociedade urbano-industrial, no país.

Em país como o Brasil (...) é verdadeiro contra-senso ou despistamento sair o aprendiz a campo em busca de conhecimento pormenorizado dos mecanismos da comunidade, segundo regras *made in USA*. Não é assim que ele deixará de ser colonizado (RAMOS, 1957, p. 106).

Quais seriam as temáticas merecedoras de pesquisas e de estudos diversos para Guerreiro Ramos? A industrialização (a qual deveria ser o principal tema da sociologia latino-americana), a

⁷ Guerreiro Ramos utilizava a expressão “sociólogo em flor” para designar aquele pesquisador que estava iniciando a carreira nas ciências sociais. Ramos (1957) apresenta um capítulo intitulado *Meditação para os sociólogos em flor*, no qual ele pretendia orientar as novas gerações de cientistas sociais acerca da necessidade de voltarem-se para a elaboração de idéias, de conceitos, de teorias com as quais a nação pudesse “compreender-se a si própria” de modo a decifrar os seus problemas” (p. 104-5).

urbanização, o desenvolvimento, as ações políticas dos diversos grupos sociais e as ações administrativas dos dirigentes e burocratas estariam entre os temas que mereciam atenção especial dos estudiosos⁸. E quem decidiria sobre a importância deste ou daquele tema? O processamento da vida social, num dado momento histórico, é que imporia estes ou aqueles temas. Não era algo que se definiria de modo aleatório e sem compromisso com o conjunto de problemas postos numa dada época e numa dada conjuntura.

Essa postura de Guerreiro Ramos foi rechaçada porque estaria dotada de um viés autoritário, uma vez que cerceava a liberdade do cientista social no que se refere à decisão de efetuar suas pesquisas em temas que, num dado momento, poderiam ser considerados de pouca ou nenhuma relevância. Esse engessamento poderia significar a morte ou o sufocamento de áreas, temas ou assuntos que pudessem vir a ser tidos como de pouca relevância para o país no que concerne aos seus problemas sociais. Esse tolhimento poderia trazer danos ao desenvolvimento da sociologia como ciência. A afirmação de Guerreiro Ramos de que o trabalho de Emílio Willems, intitulado *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, era uma obra que não acrescentava nada no que diz respeito aos problemas brasileiros vividos na década de 1950, pois prestava um “esclarecimento de um pormenor da vida rural brasileira de secundaríssima importância”(RAMOS, 1957, p. 106) foi severamente rechaçada por Florestan Fernandes (1977a, p. 42).

Se no entender de Guerreiro Ramos a pesquisa de Willems não contribuía para a solução dos problemas nacionais, para Florestan Fernandes, a pesquisa antropológica sobre a população do município de Cunha revelava aspectos importantes da vida social brasileira. Isso porque expunha, em meados do século XX, a sujeição de indivíduos a uma ordem pessoal e tradicional e isso elucidava tanto a falta de racionalidade econômica e política quanto a certo equilíbrio das desigualdades através das crenças religiosas. Havia, nesse caso, contribuição para o esclarecimento de um dado modo de vida e também para o aprimoramento da pesquisa de campo combinada com a pesquisa de reconstrução histórica (FERNANDES, 1977a, p. 42).

Florestan Fernandes em *A sociologia no Brasil* afirmava que trabalhos como o de Willems dava enormes contribuições para o processo de construção da sociologia sistemática no país⁹, ou seja, a sociologia como ciência baseada no rigor teórico e metodológico¹⁰. Numa crítica aberta a Guerreiro Ramos, ele afirmava que não era possível alcançar essa última cedendo “aos influxos do meio social” (OLIVEIRA, 1995, p. 105). Ele considerava que “era preciso associar ambições teóricas à investigação dos fenômenos brasileiros sem esquecer que se precisa

⁸ No II Congresso Latino-Americano de Sociologia ocorrido no início da década de 1950, Guerreiro Ramos defendia que “o trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais” (RAMOS, 1957, p. 108).

⁹ Sobre a sistematização metodológica na sociologia ver: (FERNANDES, 1958, 1959, 1960).

contribuir tanto para o conhecimento sociológico quanto para o progresso da sociologia como ciência” (OLIVEIRA, 1995, p. 106).

Em *A redução sociológica* (1965), Guerreiro Ramos afirmava que os argumentos de Florestan Fernandes (1977b) anuviavam uma questão essencial, a saber, qual a capacidade que os adeptos da busca da sistematização científica e metodológica possuíam para utilizar sociologicamente o conhecimento sociológico? Para aquele primeiro, isso era um problema que assolava a sociologia acadêmica de modo geral. Essa ambição de equilibrar ambições teóricas com a investigação dos problemas brasileiros não se efetivava na prática, já que não se reconhecia a própria especificidade histórico-social do padrão sociológico num país subdesenvolvido.

Toda sociedade subdesenvolvida é definida por um complexo geral de penúria. Há penúria de alimentação, de habitação, de bens e serviços de toda a espécie, penúria de recursos para as atividades científicas de todo gênero. De todos os homens de ciência, o sociólogo é justamente quem deveria particularmente compreender que a penúria, só podendo ser erradicada pelo esforço coletivo de produção, cabe-lhe subordinar a atividade científica às prioridades sociais, o que é possível sem sacrifício do rigor (RAMOS, 1965, p. 31).

2 Guerreiro Ramos e a sociologia militante

A necessidade de o cientista social incorporar em suas pesquisas as experiências investigativas dos países mais avançados era, para Guerreiro Ramos, inquestionável. Todavia, ocorria que, em razão de uma mentalidade colonizada e subdesenvolvida, os homens de ciência acabavam por dar aos critérios metodológicos extraídos de outros contextos sociais uma validade universal. Isso inibia toda criatividade e sepultava a possibilidade de dar respostas singulares aos problemas nacionais.

Em seu entender, era prejudicial tanto às ciências sociais quanto à nação a filiação às perspectivas que atestam existir uma ortodoxia em pesquisa sobre questões referentes aos métodos e aos processos. Ele defendia que a defesa de um padrão único de conhecimento era desestimulante e alienante. Não poderia haver uma sociologia militante, nos moldes concebidos por ele, se não fossem consideradas, pelos pesquisadores, as “peculiaridades históricas e os recursos financeiros” do próprio país. A sociologia é militante quando interage com a realidade a ponto de definir critérios de aplicação das parcas cifras destinadas às pesquisas. O critério de distribuição de verbas não pode ser somente aquele baseado numa destinação maior das verbas para os que são mais bem alfabetizados na literatura sociológica. O critério deve ser fundado na relevância que o objeto e o problema possuem para o país.

¹⁰ Sobre a sociologia sistemática ver: (FERNANDES, 1977).

Na obra *A redução sociológica* (1965), Guerreiro Ramos considerava que havia diferença entre ter conhecimento de idéias e de informações técnicas, o que seria o caso dos alfabetizados em sociologia, e os sociólogos propriamente ditos. Somente esses últimos conseguiam reagir diante dos problemas e das circunstâncias, o que tinha que ser feito dentro de determinadas regras e referências conceituais. “Há um acervo de preceitos e diretrizes resultantes do trabalho sociológico universal que todo verdadeiro pesquisador deve conhecer profundamente (...). Todavia, esses preceitos e diretrizes não são rígidos; são flexíveis; são lemas” (RAMOS, 1957, p. 115).

Essa recomendação de Guerreiro Ramos foi absolutamente recusada no II Congresso Latino-Americano de Sociologia em 1953, porquanto ele afirmava que as exigências de precisão e de refinamento tinham de ter correspondência com as condições sociais, econômicas e culturais de um dado país. Isso soava, para alguns sociólogos, como um afrouxamento das exigências relativas à metodologia e à construção conceitual. No texto *O problema da pesquisa sociológica no Brasil*, publicado no livro *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957), tem-se a impressão de que as deficiências técnicas e estatísticas, as condições culturais da população e as dificuldades financeiras do Estado deveriam nortear as pesquisas científicas quanto às exigências, às viabilidades e às pertinências. Para ele, algumas exigências de precisão na coleta de dados, por exemplo, isto é, nos moldes dos EUA, poderia ser impraticável em um país com poucos recursos para a pesquisa, como o Brasil e os demais países do continente.

Assim, os cientistas sociais dos países periféricos deveriam utilizar, com cuidados absolutos, os manuais de pesquisa que provinham de países desenvolvidos. Nem tudo que estava colocado neles servia aos propósitos definidos e condizia com as disponibilidades de recursos das nações subdesenvolvidas. Ao construir-se um projeto valendo-se de preceitos que foram produzidos em vista de outras realidades, perpetuava-se a fragilidade das pesquisas na América Latina, visto que a orientação metodológica, muitas vezes, está descolada da realidade pesquisada. Ele defendia, então, pesquisas ajustadas “às peculiaridades de nossos problemas” (RAMOS, 1957, p. 118).

A sociologia militante estaria fundada num objetivo básico: evitar que essa ciência se burocratizasse no âmbito das academias e se tornasse completamente estéril diante dos problemas nacionais. Essa forma de sociologia opunha-se, então, à sociologia enlatada que campeava no país, visto que esta última tinha como característica um distanciamento absoluto da realidade objetiva. Através de manuais estrangeiros copiavam-se fórmulas, conceitos, preceitos, métodos de pesquisas e procedimentos metodológicos que não tinham qualquer correspondência com a realidade nacional.

A emancipação colonial, as dificuldades de recursos, as singularidades dos problemas nacionais, a precariedade da industrialização, entre outras questões, não se apresentavam como preocupações primordiais da sociologia enlatada, a qual estava muito mais interessada na perpetuação de “estilos de comportamento pré-letrado” (RAMOS, 1957, p. 121), do que no desenvolvimento e na modernização capitalista da sociedade brasileira. Os teóricos desse tipo de sociologia não compreendiam, dizia Guerreiro Ramos, que havia um processo em andamento de potencialização do capitalismo que iria efetivar-se a qualquer custo. O papel do sociólogo militante era, na verdade, lutar para que esse processo fosse o mais inclusivo possível para a maioria da população.

Ignorar o processo em curso não levaria a nada, seja para a sociedade, seja para os problemas nacionais, seja para o avanço da sociologia como ciência. O desenvolvimento que estava em andamento na década de 1950 era desenvolvimento capitalista e ele é que deveria ser enfrentado. Era equivocada, segundo Guerreiro Ramos, a suposição da sociologia enlatada de que, ao rejeitar o desenvolvimento capitalista em curso, se estaria contribuindo para a sua destruição e para a sua queda.

A sociologia nacional, que se distinguia da sociologia enlatada, somente poderia emergir de um esforço coletivo voltado para a construção de caminhos, de meios e de formas de reavaliar as ações, as pesquisas e os procedimentos dos homens de ciência no que tange ao processo de modernização industrial e aos singulares desafios que um país periférico, como o Brasil, enfrentaria nas décadas vindouras. Cabia também à sociologia nacional desmistificar inúmeras explicações que a sociologia enlatada vinha ajudando a cristalizar nos debates acadêmicos. A literatura sobre o negro, por exemplo, era plena de equívocos, já que se tentava aplicar as teorias européias e norte-americanas à realidade brasileira¹¹.

Uma sociologia nacional, ao estudar a condição social do negro, não teria as teorias e os manuais estrangeiros como ponto de partida para tal empreitada. Partiria sim dos próprios movimentos engendrados pelos negros no decorrer da formação do povo brasileiro. Segundo ele, o Teatro Experimental do Negro¹² e os diversos movimentos que os negros próprios levaram a termo durante os vários séculos de escravidão poderiam fornecer ao sociólogo elementos para desvendar a condição do negro. O movimento de Chico Rei para alforriar os negros, as confrarias, os fundos de emancipação, as caixas de empréstimos, a insurreição dos negros mulçumanos, os quilombos, o movimento abolicionista, no qual tiveram destaque Luiz Gama e

¹¹ Guerreiro Ramos criticava veementemente as idéias de Arthur Ramos, de Nina Rodrigues, de Oliveira Vianna, de Gilberto Freyre, de Roger Bastide, de Donald Pierson e de Florestan Fernandes sobre a situação do negro no Brasil. Numa entrevista pouco tempo antes de sua morte, ele resgatava os seus ataques a alguns desses pensadores (RAMOS, 1995). “Todos, porém, vêem o negro do mesmo ângulo. Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil, ainda que alguns protestem o contrário” (RAMOS, 1957b, p. 148).

¹² Movimento fundado em 1944 por Abdias Nascimento.

José do Patrocínio, poderiam fornecer a base para um estudo genuinamente nacional acerca do negro. Todavia, a sociologia enlatada prefere simplesmente enquadrar tais movimentos e ações no âmbito de teorias e de métodos estrangeiros desconectados das particularidades nacionais.

Através dessa discussão sobre o negro, Guerreiro Ramos explicita que, no seu entender, o sociólogo militante é o sociólogo comprometido com os problemas nacionais. E esse compromisso não poderia ser algo expresso somente através de livros e de teorias, teria de ser expresso também através da ação, da atuação nos movimentos que indicavam formas novas de repensar o país e seus problemas. Ele se dizia incumbido de participar e de assessorar os movimentos que lutavam para desmascarar os preconceitos em relação ao negro, por exemplo. Ele se dispunha também a participar das convenções, das conferências nacionais sobre o negro e apoiá-las. O sociólogo militante participaria não como acadêmico, mas como um interlocutor de tais eventos visando discutir a implementação de propósitos práticos. Essa era a tarefa que lhe cabia.

A sociologia nacional diferenciava-se também da sociologia enlatada por estar sempre vinculada a um dado projeto nacional de desenvolvimento. A articulação do trabalho científico com os propósitos de solução dos problemas nacionais seria clarividente através dos próprios objetos pesquisados¹³. Se a sociologia nacional fosse formada em razão de um esforço coletivo, todos os envolvidos deveriam ter os seus interesses de estudo norteados pelas necessidades práticas da nação. Esse envolvimento era denominado, por ele, de uma ação militante no campo da ciência.

Era também uma ação militante no campo da ciência a denúncia do caráter alienante da sociologia e da antropologia em relação a algumas temáticas. O enfoque da situação do negro, como algo pitoresco, estático ou mumificado, era exemplo dessa abordagem alienada¹⁴. Os adeptos de uma ciência militante devem lutar para trazer à tona as implicações desses tipos de abordagem que não ajudam a esclarecer as relações étnicas, os preconceitos e as potencialidades de luta do próprio negro. Era necessário pesquisar também o possível êxito de organizações tais como a do TEN (Teatro Experimental do Negro)¹⁵, no esclarecimento das relações étnicas.

¹³ Guerreiro Ramos considerava o livro *O preconceito de raça no Brasil*, de Álvaro Bomilcar da Cunha, publicado em 1916, um dos melhores ensaios sobre as relações étnicas no Brasil. Esta era, segundo ele, uma obra que se ocupava de um dos mais importantes problemas brasileiros. Na década de 1950 era ainda pertinente a pergunta que Bomilcar fazia em 1911: “Quem terá a coragem para escrever a verdadeira sociologia, a única que nos convém: a sociologia brasileira” (BOMILCAR DA CUNHA apud RAMOS, 1957, p. 162).

¹⁴ As abordagens sobre o negro de Gilberto Freyre e de Arthur Ramos tinham, para Guerreiro Ramos, esse caráter pitoresco, estático ou mumificado.

¹⁵ Abdias Nascimento em entrevista recente afirma: “O Teatro Experimental do negro surgiu a partir de viagens feitas pela América do Sul, em 1940. Em Lima, no Peru, assistimos a peça O imperador Jones, de Eugene O’Neill, estrelada pelo ator branco Hugo D’Eviere, pintado de negro. A partir daí passamos a refletir sobre um teatro negro. Voltamos ao Brasil, em 1941, o projeto foi adiado, pois fui condenado a revelia por haver resistido a violências racistas. Acabei preso. Saindo da prisão, em 1943, procurei apoio junto a intelectuais como Mário de Andrade e não encontrei. A saída foi me mudar para o Rio de Janeiro, onde a idéia vingou. Em 1944, fundamos o Teatro

Somente a sociologia militante estaria preparada para alcançar o significado de iniciativas como a de Abdias Nascimento com o TEN¹⁶.

Guerreiro Ramos considerava, porém, que o desenvolvimento de uma sociologia militante teria de enfrentar sólidos interesses da ciência social “oficial” que havia ganhado terreno com suas interpretações do negro como espetáculo¹⁷. As interpretações de Arthur Ramos e as de Gilberto Freyre (1962) faziam parte dessa socioantropologia baseada nos manuais estrangeiros.

No entanto, a compreensão efetiva da situação do negro no Brasil exigirá esforço de criação metodológica e conceitual, de que ninguém foi capaz ainda. Ela tem peculiaridades históricas e sociais insusceptíveis de ser captadas por procedimentos meramente simétricos, tão e somente pela parafernália da ciência social importada. (...) E, atualmente, o sociólogo que tenta vê-la de modo genuíno terá de arrostar fortes interesses investidos e maciços estereótipos justificados em nome da ciência oficial, de resto, de duvidosa validade funcional e objetiva (RAMOS, 1957, p. 156).

Algumas questões levantadas por Guerreiro Ramos na década de 1950, no que tange ao negro e à espetacularização do passado, ainda continuam sendo objeto de reflexão de alguns pensadores contemporâneos. As análises de Stuart Hall (2003) sobre hibridização, creolização, diáspora e identidades culturais fornecem elementos diversos para a crítica acerca da espetacularização do passado. Para ele, todas as vezes que isso ocorreu, no âmbito da ciência, houve traição a sua missão contemporânea. Ou seja, a de desvendar a estrutura profunda do racismo. Nesse caso, Hall (2003) sugere também uma atividade intelectual militante, a qual ele denomina de engajada. Uma de suas principais preocupações é com o engajamento do intelectual hoje, tanto que ele afirma que a maioria de seus textos é escrita

(...) em função de situações concretas, são sempre intervenções. Estão sempre procurando redirecionar uma dada situação. São escritos estratégicos. Então, escrevo e publico geralmente em revistas ligadas aos movimentos sociais, culturais ou artísticos ligados aos temas que trato (HALL, 2003).

Esse breve adendo tem o objetivo de chamar a atenção para o fato de que muitas questões levantadas por Guerreiro Ramos em meados do século XX são recorrentes nos debates desenvolvidos pelas ciências sociais na atualidade. Tanto a idéia da espetacularização da situação

Experimental do Negro. Tudo aconteceu na sede da UNE, onde fazíamos cursos de alfabetização, treinamentos dramáticos e de cultura geral para os participantes da entidade” (NASCIMENTO, 2005, p. 6).

¹⁶ Guerreiro Ramos (1957, p. 200-202) publicou a íntegra do documento divulgado pelo TEN após a semana de estudos sobre o negro realizada de 09 a 13 de maio de 1955. A Declaração de Princípios dá uma dimensão dos debates levados a cabo pelo Teatro Experimental do Negro. Abdias Nascimento afirma que “a primeira geração de negros livres articulava sua luta por igualdade unicamente em torno da idéia da integração dos negros na sociedade como um todo, ou seja, da sociedade branca. Não se questionava de forma sistemática os padrões culturais e sociais dessa sociedade. Com o Teatro Experimental do Negro, a luta pela igualdade racial se conjugou com a defesa e promoção dos valores culturais de origem” (NASCIMENTO, 2005, p.7).

¹⁷ Costa Pinto também se ocupou de criticar as abordagens que espetacularizaram a condição do negro. Vide: (COSTA PINTO, 1953).

do negro quanto a busca de uma atividade intelectual militante constituíram-se questões essenciais da sociologia contemporânea que trata das exclusões, dos preconceitos, dos racismos e das múltiplas formas de desigualdades.

Guerreiro Ramos abre, com seus debates, dois caminhos que, se levados a termo, colidem-se frontalmente. Uma de suas posições, ao sugerir a necessidade de desenvolvimento de um pensamento militante, envereda por um caminho que se abre para as posições do conservadorismo autoritário no Brasil. Suas falas, às vezes, lembram as afirmativas de Alberto Torres, de quem Guerreiro Ramos era profundo admirador (RAMOS, 1981). Era, sem dúvida, significativo seu argumento de que a abolição teria representado um avanço puramente simbólico. Todavia, desse fato ele extraía um argumento sobre a evidência de um despreparo total das massas para assumir as funções de cidadania. “Assim, para que o processo de libertação desta massa se positive, é necessário reeducá-la e criar condições sociais e econômicas para que esta reeducação se efetive” (RAMOS, 1957, p. 164).

Esse caminho sugerido por Guerreiro Ramos inscreve-se inteiramente na proposta pragmática de Alberto Torres (1978) direcionada a criar mecanismos de reeducação das massas, já que elas estavam arrasadas, cultural e psicologicamente falando. Emerge, nesse contexto, a idéia da necessidade de que alguns indivíduos e/ou instituições preparados realizem essa tarefa de enquadramento das massas aos propósitos de formação da nação.

Guerreiro Ramos acabava, assim, insistindo na necessidade de um adestramento das massas de cor¹⁸ com o objetivo de constituir aqui uma nação moderna e desenvolvida. Tal postura, muito próxima aos ensinamentos do autoritarismo conservador, representava uma negação de seus argumentos anteriores acerca da capacidade dos próprios negros para criar os caminhos por onde deveriam dar-se as principais mudanças sociais. Quando discute o TEN e o I Congresso do Negro Brasileiro, de 1950, ele abre uma vereda inteiramente distinta dessa que se valia de argumentos calcados no despreparo e na incapacidade da massa de cor para assumir os direitos cidadãos.

Pode-se dizer que são visíveis contraditoriedades em seus argumentos. Ora ele ressaltava o despreparo, até mesmo psicológico, dos negros para construir meios de mudança, daí a necessidade de construir meios de avanços tutelados, ora ele se mostrava expressivamente entusiasmado com a organização dos movimentos negros na década de 1950. Mas era prevalecente, todavia, em seus escritos uma confiança significativa na atuação de projetos de militâncias políticas levadas a cabo pelos próprios negros.

¹⁸ Termo utilizado pelo próprio Guerreiro Ramos.

Segundo ele, a declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, a qual foi publicada na imprensa em setembro de 1950, “era a súmula mais inteligente de um programa de tratamento objetivo das relações étnicas no país” (RAMOS, 1957, p. 165).

As recomendações do primeiro congresso do negro, dizia ele, representavam avanços no tratamento das relações étnicas no país. Entre as várias sugestões feitas na declaração final do I Congresso, Guerreiro Ramos destacava as seguintes: a busca de vários meios de reeducação e de desrecalcamento das massas de cor, a abertura de inúmeros debates culturais e científicos, a procura de meios de inserir os homens de cor nas listas de candidatos a funções públicas eletivas e a pressão sobre os governantes para que eles cooperassem tomando medidas contra todas as formas de discriminações existentes.

Provavelmente o apoio dele à idéia, exposta no I Congresso do Negro Brasileiro, de reeducação e de desrecalcamento dos negros¹⁹ revela o seu modo peculiar de, ao mesmo tempo, valorizar as ações dos próprios negros e de advogar uma necessidade de intervenção de alguns homens de ciência, os quais fossem também homens de ação, nesse processo de constituição de táticas e de estratégias para alcançar mudanças prementes para uma parte expressiva da população brasileira: os afro descendentes.

Todavia, ele considerava que a sociologia militante tinha que ter clara a diferença entre o tema do negro e a vida do negro. Valendo-se dessa distinção, ele fazia uma crítica veemente à atitude de formalização que embasava a maioria dos estudos sobre o negro. Nesse caso, o negro aparecia ora mumificado, ora pitoresco, ora espetacularizado. “O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje” (RAMOS, 1957, p. 171).

Ao pensar a vida do negro, o autor chamava a atenção para o fato de haver uma camada de origem negra que estava presente nos diversos segmentos sociais. Mas havia, valendo-se da ideologia da brancura como critério de classificação social, uma tentativa constante de cristalizar a idéia de que os negros estavam presentes somente nos estratos mais empobrecidos e pouco alfabetizados. “O Teatro Experimental do Negro e a literatura científica por ele suscitada vêm tentando criar uma consciência desta contradição e, ao mesmo tempo, desenvolver, sob várias formas, uma ação social para resolvê-la” (RAMOS, 1957, p. 172).

Essa ideologia da brancura como critério para desqualificar todos os indivíduos de cor assumia a feição de uma patologia, já que operava de modo tanto a recalcar mais e mais um

¹⁹ Sobre o sentimento, no Brasil, de inferioridade advindo da condição étnica, ver: (RAMOS, 1957, p. 180). Observe-se que esse sentimento de inferioridade não estava somente nas pessoas negras, estava também nas pessoas brancas. A tentativa de alguns intelectuais brancos de exaltar os negros era muitas vezes expressão de um modo de lidar com essa inferioridade. Gilberto Freyre seria, para ele, exemplo disso.

complexo de inferioridade nos negros quanto a negar a existência de pessoas não-brancas em posições relevantes no campo das artes, das ciências e da ação política. Esse processo de domesticação psicológica era ainda resquício de uma formação social empenhada em sedimentar um tipo de domínio espoliativo.

Considerava, no entanto, que sob tais condições coloniais, nas quais havia indivíduos negros somente em condições inferiores, a afirmação dogmática da superioridade do branco tinha um significado diferente, da condição vigente em meados do século XX, em que um processo de “miscigenação e de capilaridade social” (RAMOS, 1957, p. 175) já havia implodido a coincidência de raça e de classe.

Observe-se que ele está expressando algo muito próximo do que falava Gilberto Freyre (1962) em suas obras, apesar de, a todo o momento, ele desqualificar e atacar este último com veemência²⁰. Freyre (1962) vai enfatizando esse processo de penetração dos negros em posições diversas na estruturação das classes sociais brasileiras a partir da República.

A não-restrição, por condições étnicas e sociais, do aprendizado de novas técnicas e de novas formas de trabalho que utilizassem máquinas sofisticadas, etc., era indicação de que a República dava prosseguimento a nossa tradição (...) pautada na crença de que todos os homens eram capazes de assimilação de uma cultura inovadora (REZENDE, 2000, p. 343).

Uma das principais críticas que recai sobre Freyre (1962) é exatamente essa sua tendência de ressaltar uma suposta crescente presença do negro nas mais diversas posições sociais. Não que não existissem pessoas de cor nas várias camadas sociais, mas pode-se perguntar: elas não seriam exceção reveladora de um caráter potencialmente excludente do tipo de organização social brasileiro? Ao invés de tomar esse caminho crítico, Guerreiro Ramos passa a sustentar uma não-coincidência de raça e de classe em vista de uma, em seu entender, penetração das pessoas de origem negra em posições que outrora eram monopolizadas pelos brancos.

Em alguns momentos, fica evidente que a necessidade de obter reconhecimento, de seus pares, como negro, como intelectual e como membro das classes médias brasileiras, levava Guerreiro Ramos a dar mais relevo ao fato de alguns homens de cor possuir uma condição de vida que os colocava no âmbito das classes médias. No entanto, ele deixava transparecer que o sentimento de pertencimento a essa classe intermediária era muito frágil, quase inexistente. Contribuía para a não-fixação dessa percepção de pertencimento a ideologia da brancura que vivia a negar que os negros claros e escuros tinham competência para estar em tal condição. Ao tomar esse caminho, a sua reflexão deixava, em alguns momentos, de questionar o caráter

²⁰ Em entrevista em 1981, Guerreiro Ramos afirmava que considerava “Gilberto Freyre uma piada. A maior falácia brasileira é Gilberto Freyre. (...) Não é sociólogo, tecnicamente falando, é um literato. E do ponto de vista brasileiro, é um homem que se identifica com o Brasil de um modo ambivalente” (RAMOS, 1995, p. 158).

excludente do padrão de organização social brasileiro²¹, uma vez que ele estava excessivamente preocupado com o modo como os negros intelectualizados eram rechaçados pelos próprios membros das classes médias brasileiras.

Para ele, a sociologia militante não podia operar com uma suposta petrificação da condição do negro na sociedade brasileira, pois a análise da vida do negro revelava que tal cristalização não era a regra geral. Mas essa proposta não caía também no lado oposto da ideologia da brancura? Ela não acabava por enaltecer, de modo exagerado, uma mobilidade social existente somente para alguns? O texto *Patologia social do negro brasileiro* (1957a) passa exatamente essa impressão ao tentar atestar que classe e raça não eram coincidentes no Brasil.

Os estudos sobre o negro que atestavam essa coincidência, dizia ele, não contribuíam para gerar nos negros um sentimento de segurança. Pelo contrário, tais reflexões tinham o demérito de proceder exatamente ao contrário, visto que inculcava nas pessoas de cor um sentimento de inferioridade e de incapacidade. Aqueles que se moviam socialmente eram também tomados pelo sentimento de não-pertencimento à classe a que correspondia tal posição. Isso teria minado, ao longo dos séculos, a possibilidade de criação de uma nação que fosse capaz de resolver os seus principais problemas sociais.

Mesmo diante desse quadro, Guerreiro Ramos, na década de 1950, dizia-se, de alguma forma, otimista quanto à possibilidade de que esses sentimentos de inferioridade fossem sendo paulatinamente dissipados. Para ele, o caráter polêmico que haviam assumido, naquele momento, as relações raciais era um bom indicativo de que algo estava mudando para melhor no que diz respeito às questões étnicas. Isso significava que a tradição da brancura seria superada e em seu lugar nasceria uma tradição negadora do sentimento e das ações pejorativas acerca do negro e do mulato.

À luz de uma sociologia indutiva, isto é, de uma sociologia cujos critérios sejam induzidos da realidade brasileira, e não imitados da prática de sociólogos de outros países, à luz de uma sociologia científica, o que se tem chamado no Brasil de ‘problema do negro’ é reflexo da patologia social do branco brasileiro, de sua dependência psicológica. (...) Nessas condições, reconhece-se hoje (década de 1950) a necessidade de reexaminar o tema das relações de raça no Brasil, dentro de uma posição de autenticidade étnica²². Só a simples tomada desta posição vale como meio caminho andado no discernimento das incompreensões reinantes em nossas relações de raça, atualmente (RAMOS, 1957, p. 192).

²¹ A ideologia da brancura era para Ramos uma forma de embaralhar o processo de maturidade psicológica do brasileiro (RAMOS, 1957, p.187).

²² Guerreiro Ramos (1957, p. 192) esclarecia que autenticidade étnica não significava a legitimação de qualquer romantismo culturológico. Ela deveria fluir no quadro do processo de desenvolvimento urbano e industrial em curso. O romantismo cultural geralmente advogava retornos a formas de vivências ultrapassadas e desconexas com o mundo contemporâneo. Ele rechaçava inteiramente tais posturas em vários escritos.

3 Últimas considerações

O investimento de Guerreiro Ramos na criação de uma sociologia militante deve ser lido à luz de um dado momento histórico (a década de 1950) em que as ciências sociais viam-se desafiadas a dar respostas aos múltiplos desequilíbrios sociais oriundos da expansão urbano-industrial. Ele estava convicto de que se estavam gestando no país as condições para o florescimento de uma organização social renovada nos seus aspectos econômicos e políticos. Era necessário, portanto, investir todos os esforços intelectuais na aceleração de um progresso material que geraria inúmeras outras modificações sociais.

Numa entrevista ao jornal *Última Hora*, em 1956²³, ele afirmava que os cientistas deveriam combater as teses de que o crescimento econômico resolveria espontaneamente todos os problemas do país. Segundo ele, era preciso que os intelectuais investissem arduamente em projetos que procurassem solucionar de maneira integrada as principais dificuldades do país. A responsabilidade dos cientistas sociais tornava-se incomensurável num país onde as classes dirigentes eram incapazes de realizar alterações substanciais devido ao seu desconhecimento da realidade do país como um todo²⁴.

Os intelectuais, segundo ele, também poderiam encastelar-se em seus escritórios de estudos de tal forma que seu desconhecimento da realidade poderia ser total. Ao combater esse tipo de cientista ele construiu uma enorme polêmica sobre o fato de não haver heresia alguma quando a prática precede a teoria. Esta última deveria, na verdade, representar a indução de uma práxis. Agir era pré-condição para compreender a sociedade. A sociologia pragmática ganhou com Guerreiro Ramos contornos nítidos e desafiadores, uma vez que ele considerava que sem militância, sem prática, não havia saber que se sustentasse²⁵.

Deve-se destacar que inúmeros desafios postos por ele ainda estão presentes nos debates sociológicos atuais. Qual papel cabe ao cientista social em sociedades como a brasileira? Como construir projetos de intervenção social? Quais são os desafios políticos e sociais que a sociologia deve enfrentar em contextos de mudança? De que modo os intelectuais contribuem para o desenvolvimento de uma nação mais igualitária e mais democrática? Que tipo de

²³ O Jornal carioca *Última Hora* publicou essa entrevista de Guerreiro Ramos em duas partes. A primeira em 07 de junho de 1956 e a segunda em 28 de julho de 1956.

²⁴ Observe-se que, de modo distinto, Guerreiro Ramos retoma algumas questões colocadas no início do século por Sílvio Romero e por Euclides da Cunha. A ignorância dos dirigentes e o papel fundamental do intelectual foram abundantemente discutidos por Romero no final do século XIX e início do século XX. Euclides da Cunha também havia tematizado em várias obras o desconhecimento da realidade brasileira por diversos segmentos. Os dirigentes, os setores médios e os intelectuais praticavam uma espécie de exílio subjetivo alheando-se das dificuldades que atingiam a nação (ROMERO, 1943; CUNHA, 1966).

²⁵ Essa discussão ele fez numa entrevista de 1954, na revista *Marco* (RAMOS, 1954).

problema traria o pragmatismo para o desenvolvimento das ciências sociais? Essas perguntas continuam a estar presentes nos inúmeros debates hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, M. L. *Notas para a demarcação de um campo teórico em Florestan Fernandes*. São Paulo: IEA/USP, 1997. (Coleção Documentos).

COSTA PINTO, L. A. da. *O negro no Rio de Janeiro*. São paulo: Nacional, 1953.

CUNHA, E. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966.

CUNHA, E. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966.

FERNANDES, F. *Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. In: *Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977a. p. 25-49.

_____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. In *Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977b. p. 50-76.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HALL, S. Entrevista on line intitulada *O pensador das diásporas*. Disponível em: <<http://www.listas.ufba.br/pipermail/facom-1/2003-december/000449.html>>. Acesso em: 19 fev. 2005.

FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962.

NASCIMENTO, A. Entrevista. *Revista Família Cristã*, São Paulo, n. 834, p. 5-7, jun. 2005.

OLIVEIRA, L. L. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, A. G. A descida aos infernos. *Revista Marco*, Rio de Janeiro, n. 4, 1954.

_____. Entrevista com Guerreiro Ramos. In: OLIVEIRA, L. L. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 131-183.

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. Patologia social do branco brasileiro. In: --- *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957a. p. 171-192.

_____. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REZENDE, M. J. de. A obra ordem e progresso e a mudança social no Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 16, n. 2, p. 331-359, jul./dez. 2000.

ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.

GUERREIRO RAMOS AND THE SOCIOLOGY IN “SHIRTSLEEVES”: AN INTERVENTIONIST PROPOSITION IN SOCIAL CHANGE PROCESSES

Abstracts: The main purpose of this article is to map Guerreiro Ramos' discussions on the necessity of implementing a pragmatic sociology in the country. Based on presuppositions that his reflections on the urgency for constituting a purposed knowledge in the country, several debates, propositions and questionings were surfaced, and involved several thinkers from the 50s. They were concerned about the following issue: which course should sociology in Brazil follow in the second half of the 20th century? The reflections upon the man of science's actions and the discussions on the precariousness of the academic as well as of the “canned” sociology caused, in several social scientists, a meaningful rejection to his intervention propositions in the social change processes which were in progress at that moment. It is considered that the courses opened by the debates stimulated by his interventionist propositions, shed some light on the difficulties and dilemmas about the role of the intellectual in the world, today.

Keywords: the role of the intellectual; sociology as a profession; academic sociology; social intervention.